

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026.

Relatório da Administração	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas à demonstração financeira	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da AARIN - Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

A Aarin é uma instituição de pagamento regulada e especializada em serviços financeiros. Somos mais que uma plataforma de gestão de recebíveis; atuamos como intermediadores de pagamentos no arranjo de Pagamento PIX, oferecendo soluções personalizadas que se alinham perfeitamente com a realidade de cada empresa.

Nossa missão é entregar tecnologia de ponta e operação eficiente, complementada por um atendimento que excede as expectativas dos nossos clientes. Cada detalhe da nossa operação é cuidadosamente construído em conformidade com as regulamentações do BACEN, o que nos permite garantir segurança, agilidade e a mais alta eficiência em todos os serviços que prestamos.

A Administração da Instituição, em colaboração com seus acionistas, tem implementado uma série de estratégias voltadas para o crescimento e a expansão sustentável dos negócios. Entre as iniciativas adotadas para alcançar as metas do plano de negócios, destaca-se o esforço na criação de parcerias estratégicas que acelerem esse crescimento de maneira responsável. Além disso, estamos diversificando nossa oferta de produtos, incluindo o lançamento de novos serviços como cartões de crédito e débito, o que reforça nosso compromisso em atender às demandas do mercado e ampliar nossa presença no setor financeiro. Essas medidas estão sendo executadas com o objetivo de consolidar a Instituição como um player de destaque, comprometido com a inovação e o desenvolvimento contínuo.

A Aarin é integrante da Organização Bradesco desde 2022, prestando aos seus clientes atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral. A Instituição possui participação societária na empresa Apitera Tecnologia Financeira Ltda.

A Aarin contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

No primeiro semestre de 2026, a Aarin registrou prejuízo de R\$ 22.223 mil, patrimônio líquido de R\$ 27.186 mil e ativos totais de R\$ 119.144 mil. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

O crescimento da receita da Aarin está associado a venda de projetos para o controlador Bradesco, impulsionando contratação de pessoal e contratando novos fornecedores.

A Aarin agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Equidade de Gênero e Remuneração

A Companhia adota políticas de valorização do capital humano pautadas na equidade de gênero, igualdade de oportunidades e paridade remuneratória para funções equivalentes.

Nível Hierárquico/Função	Nº Mulheres (2026)	% do Quadro (2026)	Nº Mulheres (2025)	% do Quadro (2025)	Razão Remuneratória (F/M)* 2026	Razão Remuneratória (F/M)* 2025
Administração (Diretoria/Conselho)	2	50%	2	50%	140%	144%
Liderança (Gerências/Coordenações)	19	37%	14	38%	99%	86%
Demais Cargos (Operacional/TI/Esp.)	89	57%	61	52%	63%	65%
Total da Companhia	110	52%	77	48%	69%	72%

Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A., em 30 de junho de 2026, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Balanco patrimonial

R\$ mil	Nota	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025		Nota	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo				Passivo			
Disponibilidades	6	3.620	2.495	Passivos financeiros ao custo amortizado		87.608	23.703
Ativos financeiros	7	74.273	20.765	Outros passivos financeiros	13	59.421	11.027
Ao valor justo por meio do resultado		12	4	Arrendamento a pagar	14	9.431	-
Ao custo amortizado		74.261	20.761	Outras provisões	13	18.639	12.624
Outros ativos	8	11.823	7.412	Passivos contingentes	15	117	52
Tributos a compensar		5.191	3.858	Outros passivos	16	4.350	1.998
Demais ativos e rendas a receber		6.632	3.554	Total do passivo		91.958	25.701
Ativos não financeiros		29.428	14.438				
Investimentos em controladas	9	10	10	Patrimônio líquido	17		
Arrendamento	10	8.696	-	Capital social		234.815	169.815
Imobilizado de uso - em curso	11	3.758	-	Capital social a integralizar		(35.000)	-
Imobilizado de uso	11	2.693	2.317	Reserva de capital		3.201	3.201
Intangível	12	14.271	12.111	Prejuízos acumulados		(175.830)	(153.607)
				Total do patrimônio líquido		27.186	19.409
Total do ativo		119.144	45.110	Total do passivo e do patrimônio líquido		119.144	45.110

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado

	Nota	R\$ mil	
		Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 30 de junho de 2025
Receitas de intermediação financeira	18	2.107	1.362
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez		2.107	1.362
Receitas operacionais	18	1.263	1.447
Receita de tarifas e similares		1.263	1.447
Despesas de intermediação financeira		(328)	(9)
Despesa de juros e similares		(328)	(9)
Resultado de intermediação financeira		3.042	2.800
Outras receitas/(despesas) operacionais		(25.265)	(33.719)
Despesas de pessoal	19	(34.579)	(27.496)
Outras despesas administrativas	20	(20.284)	(16.542)
Outras receitas e (despesas) operacionais	21	32.773	9.989
Despesas (receitas) tributárias	22	(3.175)	331
Resultado antes de tributos e participações		(22.223)	(30.919)
Prejuízo líquido		(22.223)	(30.919)
Quantidade de ações (unitário)		16.802.909	16.802.909
Prejuízo por ação (em reais)		(1)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 30 de junho de 2025
Prejuízo líquido do período	(22.223)	(30.919)
Resultado abrangente total	(22.223)	(30.919)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

						R\$ mil
	Capital social	Capital Social (em aprovação)	Capital social (a integralizar)	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.015	56.600		3.201	(63.267)	28.549
Aumento de capital social:						
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social aprovados	56.600	(36.600)	-	-	-	20.000
Resultado do semestre	-	-	-	-	(30.919)	(30.919)
Saldo em 30 de junho de 2025	88.615	20.000	-	3.201	(94.186)	17.630
Saldo em 31 de dezembro de 2025	147.815	22.000		3.201	(153.607)	19.409
Aumento de capital social:						
Aumento de capital social	-	65.000	(35.000)	-	-	30.000
Aumento de capital social aprovados	87.000	(87.000)	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	(22.223)	(22.223)
Saldo em 30 de junho de 2026	234.815	-	(35.000)	3.201	(175.830)	27.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 30 de junho de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(22.223)	(30.919)
Ajustes ao Resultado Líquido:		
Depreciação e amortização	2.427	584
Outros ajustes	845	(171)
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Instrumentos financeiros	(53.508)	9.796
Outros ativos	(3.819)	(1.295)
Outros passivos	3.873	1.859
Outros passivos financeiros	48.394	4.706
Outras provisões	4.853	(502)
Tributos pagos	(1.139)	(373)
Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais	(20.297)	(16.315)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	-	91
Alienação de imobilizado	-	168
Aquisição de imobilizado	(4.536)	-
Aquisição de intangível	(4.042)	(4.224)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de investimento	(8.578)	(3.965)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital social	30.000	20.000
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.125	(280)
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	2.495	711
Caixa e equivalentes de caixa – final do período	3.620	431
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.125	(280)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

A AARIN - Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”), é uma instituição de pagamento, emissora de moeda eletrônica, fundada em 2021 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicação no DOU de 20 de outubro de 2023, sendo uma plataforma de gestão de recebíveis atuando como intermediador de pagamentos no arranjo de Pagamento PIX.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

Continuidade operacional

A Administração da Instituição em conjunto com seu acionista tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento para o crescimento e expansão de seus negócios. Dentre as medidas para atingimento do plano de negócio, pode-se destacar o trabalho na elaboração de parcerias e aquisições para acelerar o seu crescimento de forma sustentável.

Considerando o contexto e o papel estratégico que a entidade possui para o Grupo, a Instituição conta com o suporte financeiro do seu controlador (Organização Bradesco) o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que considera a liquidação de suas obrigações no curso normal das atividades.

2 Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) que consideram a opção da Aarin pela apresentação de notas explicativas selecionadas, conforme previsto na Resolução BCB nº 2/2020 do Banco Central do Brasil (BCB), e as diretrizes emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no semestre de 2026.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.

a) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento na data de início do contrato. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de captação da Instituição (1% a.m.). Os juros são apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva ao longo do prazo contratual.

b) Perdas Esperadas com contas a receber (Resolução CMN nº 4.966/21)

As perdas estimadas com créditos e contas a receber são reconhecidas com base no modelo de perda esperada, considerando o risco de crédito da contraparte, histórico de inadimplência e projeções prospectivas de mercado, sendo alocadas contra o resultado do período na rubrica de outras despesas operacionais.

c) Atualização monetária dos tributos a compensar

Os saldos de tributos a compensar são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC a partir do mês subsequente da apuração do saldo credor até o mês anterior ao da sua compensação, com contrapartida no resultado do período na rubrica de outras receitas operacionais (atualização monetária de tributos a compensar).

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras intermediárias seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2026.

3 Normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, alterações e interpretações de normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2026

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que instituiu novas regras para a dedutibilidade, nas bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), das perdas com créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Posteriormente, em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.078, a qual estabeleceu que as perdas relativas a créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, deverão observar novo critério de dedução. Referida lei também vedou a dedução, no exercício de 2025, das perdas incorridas que excedam o lucro real apurado no respectivo período.

Tanto as perdas existentes em estoque em 31 de dezembro de 2024, quanto aquelas apuradas no exercício de 2025 e não deduzidas em razão da limitação mencionada, somente poderão ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL de forma parcelada, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos) por mês-calendário, conforme aplicável, a partir de janeiro de 2026.

Com fundamento na Lei nº 14.467/22 e com as alterações promovidas pela Lei nº 15.078/2024, bem como na Instrução Normativa RFB nº 2.201/24, o Bradesco optou pela aplicação do critério de dedução à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, nos termos do §1º do art. 6º da Lei nº 14.467, a partir do mês de janeiro de 2026.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023, foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de Hedge, para 1º de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.146 e a Resolução BCB nº 397, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que facultaram até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

Em setembro de 2025, foram emitidas a Resolução CMN nº 5.252 e a Resolução BCB nº 513, que estabelecem os conceitos e critérios contábeis para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. As normas entram em vigor em 1º de janeiro de 2027.

4 Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, e de liquidez e operacional.

5 Uso de Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

6 Caixa e equivalente de caixa

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidade em moeda nacional	3.620	2.495
Total de disponibilidades	3.620	2.495

7 Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Certificados de depósitos bancários - CDB	12	4
Total	12	4

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Conta correspondente a moeda eletrônica (CCME) (1)	74.261	20.761
Total	74.261	20.761

Crescimento do saldo de clientes em conta de pagamento, mantido em Conta de Custódia de Moeda Eletrônica (CCME).

8 Outros Ativos

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Rendas a receber (1)	4.929	2.282
COFINS a compensar	2.154	2.134
IRRF a compensar	1.769	1.109
Despesas antecipadas	955	645
PIS a compensar	490	481
CSRF a compensar	778	434
Outros	748	238
Total	11.823	7.412

(1) Os valores são faturados com prazo médio de 30 dias para recebimento. Houve crescimento na venda de projetos, o que elevou o contas a receber.

9 Investimentos em controladas

Empresa	R\$ mil								
	Em 30 de junho de 2026								
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)	Participação no capital social	Resultado líquido ajustado	Valor contábil		Resultado da equivalência patrimonial acumulado em 30 de junho	
						Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	2026	2025
Apitera Tecnologia Financeira Ltda.	562	7	562.000	100%	-	10	10	-	(1)

10 Arrendamento

a) A Companhia possui contratos de arrendamento referente ao aluguel de imóvel utilizado como sede administrativa (escritório), com prazo estipulado de 60 meses.

Movimentação do Período	Custo Bruto (R\$ mil)	Depreciação Acumulada (R\$ mil)	Valor Líquido (R\$ mil)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	-
Adições / Reconhecimento Inicial	9.153	-	9.153
Depreciação reconhecida no período	-	(457)	(457)
Baixas / Encerramentos	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026	9.153	(457)	8.696

(a) Contrato de aluguel do escritório

(b) Prazo de 60 meses

b) Outras divulgações

I - Saída total de caixa: Não houve desembolso financeiro referente a pagamentos de principal ou juros de arrendamentos no semestre findo em 30 de junho de 2026, tendo em vista o período de carência contratual com início das parcelas no 2º semestre de 2026.

II - Taxa de desconto e premissas: A taxa média ponderada de desconto aplicada para a mensuração do passivo de arrendamento na data de reconhecimento inicial foi de 1% a.m.

III - Opções de prorrogação e rescisão: O contrato possui opção de renovação por igual período de 60 meses.

c) O passivo de arrendamento foi divulgado na nota explicativa 14.

11 Imobilizado de uso

a) Composição do imobilizado

	Taxas de depreciação a.a.	Custo	Depreciação acumulada	R\$ mil
				Custo Líquido de Depreciação
				Em 30 de junho de 2026
Benfeitorias em imóveis de terceiros - em curso	0%	3.759	-	3.759
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.794	(986)	810
Equipamentos de informática	20%	2.334	(733)	1.601
Máquinas e equipamentos	10%	292	(51)	241
Equipamentos de comunicação	10%	44	(2)	42
Total		8.223	(1.772)	6.451

	Taxas de depreciação a.a.	Custo	Depreciação acumulada	R\$ mil
				Custo Líquido de Depreciação
				Em 31 de dezembro de 2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.939	(793)	1.147
Equipamentos de informática	20%	1.571	(534)	1.037
Máquinas e equipamentos	10%	172	(40)	132
Equipamentos de comunicação	10%	3	(1)	1
Total		3.685	(1.368)	2.317

b) Movimentação do imobilizado

	Taxas de depreciação a.a.	Em 31 de dezembro de 2025	Aquisição	Baixa	Depreciação do período	Em 30 de junho de 2026
Benfeitorias em imóveis de terceiros - em curso	20%	-	3.759	-	-	3.759
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.147	-	(145)	(192)	810
Equipamentos de informática	20%	1.037	763	-	(199)	1.601
Máquinas e equipamentos	10%	132	120	-	(11)	241
Equipamentos de comunicação	10%	1	41	-	(1)	42
Total		2.317	4.683	(145)	(404)	6.451

	Taxas de depreciação a.a.	Em 31 de dezembro de 2024	Aquisição	Baixa	Depreciação do período	Em 30 de junho de 2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.939	-	-	(599)	1.340
Equipamentos de informática	20%	2.298	-	(150)	(656)	1.492
Máquinas e equipamentos	10%	190	-	(18)	(30)	142
Equipamentos de comunicação	10%	3	-	-	(1)	2
Total		4.430	-	(168)	(1.286)	2.976

12 Intangível

a) Composição dos ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	R\$ mil
				Custo Líquido de Amortização
				Total
Softwares	(1)	20.194	(5.923)	14.271
Em 30 de junho de 2026		20.194	(5.923)	14.271

(2) A taxa majoritária para amortização é de 20% a.a., entretanto há variações de acordo com a vida útil pré-definida para cada parte do software desenvolvido.

b) Movimentação dos ativos intangíveis

	Em 1º de janeiro de 2026	Adições	Amortização do período	Em 30 de junho de 2026
Softwares	12.111	4.041	(1.880)	14.272
Total	12.111	4.041	(1.880)	14.272

(1) Refere-se ao ajuste de um valor anteriormente registrado no ativo intangível.

13 Outros passivos financeiros

a) Outros passivos financeiros

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Recursos de terceiros (1)	59.421	11.027
Total	59.421	11.027

(1) Saldo de recursos de terceiros depositados em contas de pagamento pré-paga, custodiados pela Instituição.

b) Outras provisões

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Provisões de férias	6.290	6.548
Salários a pagar	3.068	2.110
Provisão de bônus	2.300	-
Encargos a pagar	1.901	2.695
13º salário a pagar	1.571	-
Provisões com tributos	1.319	350
Pró-labore a pagar	876	609
Outras provisões	1.314	312
Total	18.639	12.624

14 Arrendamento a pagar

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Reconhecimento inicial do passivo	9.153	-
(+) juros apropriados	278	-
Total	9.431	-

(a) Taxa de desconto utilizada: 1% a.m.

(b) Devido a carência em contrato, iniciaremos os pagamentos apenas no segundo semestre.

Período de Vencimento	Fluxo Nominal (R\$ mil)	Juros Implícitos a Incorrer (R\$ mil)	Valor Presente (Passivo) (R\$ mil)
Até 1 ano (2º Semestre/2026 e 1º Semestre/2027)	1.782	(1.134)	648
De 1 a 2 anos	2.857	(953)	1.904
De 2 a 3 anos	2.949	(705)	2.244
Acima de 3 anos	5.161	(526)	4.635
Total	12.749	(3.318)	9.431

15 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis

A Aarin está discutindo judicialmente a legalidade de alguns processos de natureza cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão foi constituída com base na avaliação do risco realizada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Os valores provisionados são considerados adequados para cobrir as possíveis saídas de recursos necessárias para a liquidação dessas eventuais perdas.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, levando em conta a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Cíveis	117	52
Total	117	52

II - Movimentação das provisões

Em 30 de junho de 2026, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2025	Constituições líquidas de (reversões e baixas)	Atualização monetária	R\$ mil
				Em 30 de junho de 2026
Cíveis	52	63	2	117
Total	52	63	2	117

c. Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

Existem processos cíveis classificados como risco de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 5.515 mil em 30 de junho de 2026 e R\$ 4.488 mil em 31 de dezembro de 2025. A Aarin não possui processos trabalhistas e fiscais em 30 de junho de 2026 e em 30 de junho de 2025.

16 Outros Passivos

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Fornecedores	4.343	1.977
Outros	7	20
Total	4.350	1.998

17 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Instituição em 30 de junho de 2026 é de R\$ 234.815, representado por 16.802.909 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 30 de janeiro de 2026 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando aumento de capital via aporte em moeda corrente do país, no valor de R\$65.000, sendo R\$ 15.000 integralizado em 30 de janeiro de 2026 e R\$ 15.000 integralizados em 6 de abril de 2026. Temos um cronograma com o Bradesco e os aportes devem acontecer em 3 parcelas, sendo a primeira até 31 de julho de 2026, a segunda até 31 de setembro de 2026 e a terceira até 31 de dezembro de 2026.

Em 9 de junho de 2026 o aumento de capital de 30 de janeiro de 2026, no valor de R\$ 65.000, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil.

b. Política de dividendos

Conforme disposição estatutária da Instituição, dos lucros apurados no exercício, serão descontados os prejuízos acumulados. Do saldo remanescente, 5% será destinado para reserva legal, limitada a 20% do capital social. Após efetuados os ajustes previstos em Lei para a constituição da reserva legal, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo do lucro líquido, mediante proposta da administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado, observados os orçamentos de capital da Instituição devidamente aprovados e as disposições legais aplicáveis.

Lucro por ação

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo obrigatório e mínimo equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício.

A Instituição possui apenas ações ordinárias e não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O resultado por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Prejuízo líquido	(22.223)	(30.919)
Ações ordinárias (em milhares)		
Utilizadas na apuração do lucro por ação	16.802.909	16.802.909
Prejuízo por ação - R\$	(1)	(1)

18 Receitas de intermediação financeira

a) Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7.b)	2.107	1.362
Total	2.107	1.362

b) Receita de tarifas e similares

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Receita transacional	1.037	1.447
Outras receitas	226	-
Total	1.263	1.447

19 Despesas com pessoal

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Salários	(15.597)	(14.680)
Benefícios	(6.292)	(4.899)
Encargos sociais - INSS	(4.352)	(4.395)
Encargos sociais - FGTS	(3.218)	(1.614)
Remuneração diretoria	(2.817)	(1.908)
Provisão para pagamento de variável	(2.300)	-
Outros	(3)	-
Total	(34.579)	(27.496)

20 Outras despesas administrativas

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Serviços de terceiros	(6.737)	(4.375)
Despesas com processamento de dados	(5.043)	(1.050)
Despesas de tecnologia	(2.658)	(7.734)
Despesa com amortização	(1.881)	(224)
Manutenção de escritório	(1.160)	(759)
Despesas com marketing	(405)	(65)
Despesa com depreciação	(403)	(360)
Despesas com serviços jurídicos	(264)	(226)
Softwares administrativos	(104)	(1.016)
Outras	(1.629)	(733)
Total	(20.284)	(16.542)

21 Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras despesas operacionais

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Perda com contas a receber	(1.500)	-
Despesa com arrendamento (aluguel escritório)	(457)	-
Tarifas bancárias	(15)	(326)
Variação cambial	(17)	(155)
Outras despesas operacionais	(170)	(53)
Total	(2.159)	(534)

b) Outras receitas operacionais

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Receitas com prestação de serviços	31.541	10.505
Atualização monetária dos tributos a compensar	1.373	-
Outras receitas operacionais	2.018	18
Total	34.932	10.523

22 Despesas tributárias

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
COFINS sobre faturamento (1)	(1.914)	545
Imposto sobre serviço - ISS	(757)	(335)
PIS sobre faturamento (1)	(411)	121
IOF	(33)	-
Outros	(60)	-
Total	(3.175)	331

(1) Em 30 de junho de 2025 a operação gerou mais créditos com Pis e Cofins do que despesa.

23 Instrumentos Financeiros - Por Prazos de Vencimento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20, a Instituição mantém estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. O monitoramento é realizado através do acompanhamento dos fluxos de caixa e do escalonamento de prazos de vencimento de seus ativos e passivos financeiros, garantindo a manutenção de níveis de liquidez adequados.

Abaixo, apresentamos a segregação dos ativos e passivos financeiros entre Circulante (vencíveis em até 12 meses) e Não Circulante (vencíveis após 12 meses), conforme os prazos remanescentes dos contratos na data do balanço:

Em 30 de junho de 2026 R\$ mil			
Ativo	Circulante	Não circulante	Total
Disponibilidades	3.620	-	3.620
Instrumentos financeiros	74.273	-	74.273
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12	-	12
Ativos financeiros ao custo amortizado	74.261	-	74.261
Outros ativos	11.821	2	11.823
Total do ativo	89.714	2	89.716

Em 30 de junho de 2026 R\$ mil			
Passivo	Circulante	Não circulante	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado	87.491	117	87.608
Outros passivos financeiros	59.421	-	59.421
Arrendamento	9.431	-	9.431
Outras provisões	18.639	-	18.639
Passivos contingentes	-	117	117
Outros passivos	4.350	-	4.350
Total do passivo	91.841	117	91.958

Em 31 de dezembro de 2025 R\$ mil			
Ativo	Circulante	Não circulante	Total
Disponibilidades	2.495	-	2.495
Instrumentos financeiros	20.765	-	20.765
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4	-	4
Ativos financeiros ao custo amortizado	20.761	-	20.761
Outros ativos	3.249	4.163	7.412
Total do ativo	26.509	4.163	30.672

Em 31 de dezembro de 2025 R\$ mil			
Passivo	Circulante	Não circulante	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado	23.651	52	23.703
Outros passivos financeiros	11.027	-	11.027
Outras provisões	12.624	-	12.624
Passivos contingentes	-	52	52
Outros passivos	1.998	-	1.998
Total do passivo	25.649	52	25.701

24 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20. A Instituição também dispõe de políticas de transações com partes relacionadas. As transações com partes relacionadas resumem-se a conta corrente, títulos e valores imobiliários, plano de saúde, seguro de vida e captações e advocatícias. A Instituição não possui benefícios pós-emprego, tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2026			
	Controladas ⁽¹⁾	Controlador ⁽²⁾	Outras entidades relacionadas ⁽³⁾	Pessoal - Chave da Administração ⁽⁴⁾
Ativo				
Disponibilidades	-	630	-	-
Disponibilidade - Banco Bradesco S.A.	-	630	-	-
Valores a receber por empréstimos	10	-	-	-
Apitera Tecnologia Financeira Ltda.	10	-	-	-
Passivo				
Outras obrigações	-	-	304	5
Valores a pagar - Fornecedores diversos	-	-	304	5

**AARIN – Repasses Financeiros e Soluções
Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.**
*Demonstrações financeiras dos semestres findos em
30 de junho de 2026 e 2025*

Valores a pagar - Bradesco Saúde S.A.	-	-	304	-
Valores a pagar – Sociedade de Advogados Rego, Sampaio e Andrade	-	-	-	5

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Controladas ⁽¹⁾	Controlador ⁽²⁾	Outras entidades relacionadas ⁽³⁾	Pessoal - Chave da Administração ⁽⁴⁾
Ativo				
Disponibilidades	-	44	-	-
Disponibilidade - Banco Bradesco S.A.	-	44	-	-
Valores a receber por empréstimos	10	-	-	-
Apitera Tecnologia Financeira Ltda.	10	-	-	-
Passivo				
Outras obrigações	1	-	217	5
Valores a pagar - Fornecedores diversos	1	-	217	5
Valores a pagar - Bradesco Saúde S.A.	1	-	209	-
Valores a pagar - Bradesco Vida e Previdência	-	-	8	-
Valores a pagar – Sociedade de Advogados Rego, Sampaio e Andrade	-	-	-	5

	R\$ mil		
	Em 30 de junho de 2026		
	Controlador ⁽²⁾	Outras entidades relacionadas ⁽³⁾	Pessoal - Chave da Administração ⁽⁴⁾
Resultado			
Outras despesas administrativas	-	(1.764)	(32)
Despesas - Plano de Saúde - Bradesco Saúde S.A.	-	(1.703)	-
Despesas - Seguro de vida - Bradesco Vida e Previdência	-	(61)	-
Despesas – Advocatícias - Sociedade de Advogados Rego, Sampaio e Andrade	-	-	(32)
Receita com prestação de serviço	10.800	21.753	-
Receitas - E-Agro Gestão para o Agronegócio.	-	39	-
Receitas - Banco Bradesco S.A.	10.800	-	-
Receitas - Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	-	21.714	-

(1) Empresa controlada direta pela Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

(2) O Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora final da instituição e Bradesco Holding de Investimento S.A. ("BHI") é a entidade controladora indireta.

(3) Empresas ligadas Bradesco Saúde S.A., Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. e E-Agro Gestão para o Agronegócio.

(4) Membros da Diretoria

	R\$ mil		
	Em 30 de junho de 2025		
	Controlador ⁽²⁾	Outras entidades relacionadas ⁽³⁾	Pessoal - Chave da Administração ⁽⁴⁾
Resultado			
Outras despesas administrativas	-	(1.342)	(39)
Despesas - Plano de Saúde - Bradesco Saúde S.A.	-	(1.294)	-
Despesas - Seguro de vida - Bradesco Vida e Previdência	-	(48)	-
Despesas – Advocatícias - Sociedade de Advogados Rego, Sampaio e Andrade	-	-	(39)
Receita com prestação de serviço	874	9.039	-
Receitas - E-Agro Gestão para o Agronegócio.	-	39	-
Receitas - Banco Bradesco S.A.	874	-	-
Receitas - Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	-	9.000	-

➤ **Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria**

Para o período findo em 30 de junho de 2026, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 2.817 e de R\$ 1.920 em 30 de junho de 2025. Esse valor foi registrado na rubrica de “Despesas de pessoal” e inclui somente os benefícios de curto prazo.

25 Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- **Nível 1**

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- **Nível 2**

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- **Nível 3**

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares. Em 30 de junho de 2026, a Instituição possui na composição dos títulos e valores mobiliários, investimento em certificados de depósitos bancários (CDB), no montante de R\$ 12 mil em 30 de junho de 2026 e R\$ 4 mil em 31 de dezembro de 2025, classificados como Nível 2.

26 Outras Informações

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, não houve resultados não recorrentes para os períodos em 30 de junho de 2026.

Em 30 de junho de 2026, os valores apresentados foram apenas com resultados recorrentes.

b) Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, resultante da conversão do PLP nº 68/24, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária sobre o consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/24, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabeleceu regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

Adicionalmente, ao longo de 2026, foram editados atos normativos complementares, incluindo o

Decreto nº 12.955/26 e a Resolução CGIBS nº 06/26, que regulamentam aspectos operacionais da CBS e do IBS, respectivamente, abrangendo temas relacionados à incidência, base de cálculo, créditos, arrecadação, obrigações acessórias e regimes aplicáveis a determinadas operações e serviços, incluindo atividades do setor financeiro.

A Instituição permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

c) Eventos subsequentes

Em 08 de julho de 2026, recebemos um aporte de capital no montante de R\$ 15.000, realizado pelo Bradesco. Esse evento subsequente não requer ajustes nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026, mas fortalece a estrutura de liquidez e patrimônio líquido da Aarin.

Membros da Administração

Diretora Presidente

Ticiane Cabrita Amorim

Diretor Financeiro

Regis de Souza Nunes

Diretor de Operações

Caio Costa Hohlenwerger

Diretora Jurídica

Fernanda Rêgo Dias Oliveira

Lucas Fabio Koscak

Contador

CRC/ 1SP341413/O